

A GESTÃO DA SUPERVISÃO NUMA PROPOSTA DE COOPERAÇÃO NA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS DAS ARMAS – EASA

Maj Ubirajara Monteiro¹
Asp Karine de Oliveira Lunardi²

1 Ch Coordenação Pedagógica - EASA

2 Pedagoga EASA

RESUMO: Este artigo versa sobre a Gestão Educacional na sua perspectiva histórica e sua permanente evolução - uma vez que exerce influência nos processos educacionais - a fim de identificar problemas e propor alternativas para a sua solução e/ou mudança. Na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), as atividades de Supervisão estão reiniciando com um projeto que visa a cooperação entre todos os atores do processo educacional objetivando a obtenção de um produto de qualidade, pois cada vez mais a Força precisa de profissionais capacitados em suas especificidades. Detecta-se que, por meio das mudanças no mundo, surge um novo patamar e ideal de profissional. Os alunos exigem um tratamento de suas dúvidas de qualidade e mantêm uma postura investigadora. Segundo Paulo Freire, “sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino”. Os instrutores, por sua vez, também devem ter esta postura de se inserir na busca primando pela qualidade nas suas práticas pedagógicas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Processo educacional. Cooperação. Instrutor. Aluno.

INTRODUÇÃO

O cenário educacional é permeado por inúmeras desigualdades. Cada região do Brasil revela grandes surpresas derivadas do modo de vida das pessoas, da sua cultura. Por sua vez, a educação também apresenta suas desigualdades e nesse meio a gestão do processo educacional se faz presente e se realiza.

Antigamente, o direito à educação era uma premissa fundamental, um elemento indispensável para o ser humano e o governo esforçava-se para garantir o princípio de equidade ou igualdade de oportunidades de acesso à educação formal.

Libâneo (1998, p. 6) explica que as mudanças na política são também visíveis, principalmente se pensarmos que os interesses políticos vão sendo subordinados às regras da mundialização da economia. O poder das finanças toma conta do mundo, comprometendo a soberania. Este fato nos retrata a questão de como a gestão democrática na escola se sustenta a partir de um comprometimento que vai além da sua territorialidade.

O termo gestão deve estar interligado com a palavra construção, utilizado pela primeira vez com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, no tí-

tulo III dos Princípios e Fins da Educação reaparece com a ideia de ser ofertado nos estabelecimentos de ensino, reforçando a exigência legal e seu intuito.

Com o Plano Nacional da Educação, a gestão democrática tem a prioridade da democratização do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Na história da Educação, a reivindicação organizada dos profissionais para participar das discussões que envolvem seu ofício é bem inovadora. Ela ganhou ênfase depois de movimentos como o das Diretas Já, em 1984. É necessária a união efetiva da gestão e democratização, esta em suas diversas interfaces entre pessoas, processos e formações. Segundo Paro (1993, p.167) a luta pela democratização da escola situa-se, assim, no bojo da própria luta pela democratização da sociedade, que, no limite, coincide com a transformação social, ou seja, com a revolução enquanto processo prolongado de transformação estrutural da sociedade.

A Supervisão escolar, parte constituinte da gestão, é uma preocupação presente no Exército Brasileiro há muito tempo. Inicialmente, apresentou um critério de verificação nas atividades de ensino apresentando um suporte documental expedido por Órgãos setoriais. Na Lei do Ensino no Exército nº 9.786/99, no seu capítulo II dos Princípios e Objetivos, ela se fundamenta na profissionalização continuada e progressiva, no pluralismo pedagógico, na avaliação integral, contínua e cumulativa bem como no aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência.

Atualmente, face às novas transformações do processo educacional, surge a necessidade de um viés pedagógico que possibilite uma melhoria nos processos de ensino com base na troca de informações aliado à necessidade prática da vida pro-

fissional, ou seja, para o emprego de suas ações na Força.

Segundo as Normas Internas de Supervisão Escolar (NISE) 2010, a supervisão pode ser definida como “o serviço de assessoramento das atividades que influenciam o processo ensino-aprendizagem a fim de que sejam melhor atendidas as necessidades e aspirações do discente e da comunidade responsável pelo desenvolvimento do processo”. A ação supervisora está comprometida com uma diretriz oficialmente designada pela organização que afeta diretamente o comportamento do instrutor, como um meio de facilitar a aprendizagem do discente e alcançar os objetivos do Estabelecimento de Ensino (EE). Nesse sentido, a meta do EE é atingir objetivos que sejam congruentes com as necessidades e expectativas tanto da Instituição, como do Aluno.

Faz-se necessário destacar, com base nestes pressupostos, que o projeto de supervisão tem por objetivo geral investigar como a gestão vem sendo realizada na escola, trazendo à tona a visão de todos os envolvidos, buscando a sua efetiva participação e cooperação para que a percepção da supervisão seja construída e permeada por novos desafios e possibilidades na busca de uma educação de qualidade.

As atividades da supervisão perpassam por observações em ações pedagógicas, tendo em vista as técnicas de ensino do Manual do Instrutor (T 21 - 250), como por exemplo: palestras, exercício individual, demonstração, interrogatório, estudo individual, exercício militar e suas melhores aplicabilidades durante as instruções. O cronograma destas ações é disponibilizado para todos os envolvidos no processo educacional a fim de promover a ciência e desmistificar a gestão como um processo investigatório. Após este momento, são fornecidos aos instrutores feedbacks a fim de estabelecer um ambiente de troca de informações e parcerias, fatores de suma importância no processo educacional.

As formações continuadas são organizadas em reuniões pedagógicas e Estágios

de Atualização Pedagógica (ESTAP), nos quais os temas e assuntos pertinentes são tratados e estudados. Estes encontros têm sua duração e periodicidade variável entre o decorrer do turno e entre-turnos. Todos os dados e informações obtidas nas ações de supervisão são estruturados em forma de relatório e encaminhados para o Comandante da Escola como uma forma de obter subsídios para novas diretrizes e ações de Comando durante o Curso de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas.

Os atuais discursos no campo da Educação que concernem à Gestão defendem e enfatizam o papel da cooperação para a Educação de qualidade, enquanto elemento fundamental no processo educacional. Promover a Gestão parte de pressupostos de administrar o ensino e todas as suas relações e deve ser uma competência imprescindível a um gestor. Nesse contexto, Libâneo (2004, p.76) nos reporta às conceitualizações de que saberes são conhecimentos teóricos e práticos requeridos para o exercício profissional e competências são as qualidades, capacidades, habilidades e atitudes relacionadas a esses conhecimentos teóricos e práticos e que permitem a um profissional exercer adequadamente sua profissão, ou seja, o fazer articulado com o saber, para que realmente o profissional tenha o respaldo de extinguir este paradigma autoritário.

A participação de todos não se faz suficiente para que a gestão educacional perpetue-se dentro da escola. A flexibilidade e a cooperação devem estar unidas como tantos outros valores de ética, respeito e co-responsabilidades.

Como afirma Libâneo:

A escola com que sonhamos é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura em suas várias manifestações: a cultura provida pela ciência, pela técnica, pela estética, pela ética, bem como pela cultura paralela (meios de comunicação de massa) e pela cultura cotidiana. (LIBÂNEO, 1998, p.47)

Um modelo de gestão horizontalizado na escola é uma utopia um tanto desafiadora para todos os inseridos no processo educacional. Por si só, este modelo não irá sanar todas as dificuldades do caminho, mas podemos construir, ao caminhar, um envolvimento responsável e participativo na sociedade a partir da escola como uma instituição atuante e fundamental nesta tomada de transformação da Força aberta a novas possibilidades e desafios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº10.172, de 2001. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério de Defesa. Lei do Ensino no Exército. Lei nº 9.786, de 1999, Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério de Defesa. Manual do Instrutor. T 21-250, de 24 de agosto de 1994. Brasília, 1994.

DELORS, Jacques. Educação - um tesouro a descobrir - relatório para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o século XXI. São Paulo. Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - Teoria e Prática. 5ª Ed. Goiânia, Editora Alternativa, 2004.

_____, Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo, Cortez Ed, 1998.

PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar: Introdução Crítica. São Paulo: Cortez, 1993.

_____, Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Ática, 1997

_____, 1992, Gestão da Escola Pública: a participação da comunidade. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v 73, nº174 p.255-290, mai-ago, 1992.